



Perfil

“Romper as amarras exige coragem”

Maria Eduarda Lavocat

Everardo Gueiros, conhecido como Veve, é o candidato à presidência da Ordem dos Advogados pela chapa 20, intitulada “Coragem para Mudar”. Segundo o advogado, o nome escolhido reflete a necessidade urgente de transformação na OAB, que, em sua visão, deixou de se posicionar sobre temas fundamentais, manifestando-se apenas em pautas alinhadas com as convicções da gestão atual. “Acredito que temos a capacidade de dar um novo rumo à advocacia. Romper essas amarras exige coragem, e é por isso que escolhemos esse nome para nossa chapa. Não buscamos uma ‘terra arrasada’, mas sim, a coragem para aprimorar o que já está bem-feito e redirecionar o que precisa de ajustes”, explica ele.

Nascido no Recife, Pernambuco, Everardo conta ter tido uma “infância maravilhosa”. Filho de funcionários públicos, e o caçula dos três irmãos, sempre estudou em escolas particulares, cultivando o gosto por animais e esportes radicais. “Fui surfista, pratiquei bicicross e andava muito a cavalo. Meu avô

Arquivo pessoal



Everardo Gueiros e família

tinha uma fazenda em Garanhuns, e eu ia para lá quase todo fim de semana com meu pai, o que despertou em mim um amor pelos

cavalos que mantenho até hoje”, conta ele. Apesar de ter interrompido o surfe e o bicicross, Veve dá continuidade a sua paixão por cavalos até hoje, criando a raça mangalarga marchador em suas propriedades no Recanto das Emas e na Bahia.

Everardo chegou à Brasília há 20 anos trazido pela advocacia. Ele deu início a sua carreira ainda no Recife e, então, seu irmão, que também é advogado, o chamou para abrir um escritório. “Após ser demitido do banco em que ele trabalhava, ele chegou em casa e me propôs: ‘Vamos montar um escritório de advocacia?’ E assim fizemos junto com meu pai”. Inicialmente, Everardo advogava no Vale do São Francisco, atuando na Bahia e em Pernambuco. Porém, com o tempo, os processos começaram a migrar para a capital, e ele decidiu acompanhá-los na cidade. “Foi um movimento natural; aos poucos, fui conhecendo a cidade, identifiquei-me com ela e percebi que as decisões dos Tribunais Superiores repercutiam em todas as instâncias. Compreendi que precisava estar mais próximo da cúpula do Judiciário para acompanhar essas decisões de perto. Por isso, deixei minha antiga sociedade e abri um novo escritório aqui.”

Hoje, Gueiros atua na área de direito empresarial. Ele tem duas filhas de seu primeiro casamento, Marcela e Maria Eduarda, e uma terceira filha, Beatriz, com sua atual esposa, que conheceu no Congresso. Além de sua carreira como advogado, ele já ocupou o cargo de desembargador eleitoral, acumulando experiência no Judiciário, e também cargos no Executivo. Quando questionado por uma candidata adversária sobre a possibilidade de seguir uma carreira política, Everardo foi categórico: sua prioridade atual é a advocacia.

Em sua campanha, o advogado vem recebendo o apoio de alguns políticos, como o ex-presidente Jair Bolsonaro e da deputada federal Bia Kicis. Segundo ele, aprecia o apoio e afirma compartilhar das mesmas pautas que seus apoiadores defendem. “Não se trata de eu dizer que sou bolsonarista. A questão é que as pautas que estou defendendo para a advocacia se alinham com o que esse grupo tem pregado. Portanto, estou sendo a voz de todos aqueles que querem respeito às prerrogativas dos advogados, que desejam assegurar o direito a sustentações orais, a interposição de recursos e o acesso pleno aos autos. Essas são as demandas que estou representando.”

Visão do Direito



Everardo Gueiros

Advogado, ex-desembargador eleitoral

Prerrogativas da advocacia: um pilar na defesa dos direitos e liberdades

A advocacia brasileira carrega uma missão que ultrapassa a defesa de casos particulares. Historicamente, tem sido uma das principais defensoras das liberdades individuais, dos direitos humanos e do próprio Estado Democrático de Direito. O século XX trouxe grandes mudanças para o Brasil e para a advocacia, que se estruturava enquanto classe essencial para a sociedade. Desde 1930, a criação da OAB representou um marco histórico, consolidando um sistema de proteção para a categoria e lançando as bases das prerrogativas profissionais. Essas prerrogativas foram definidas não apenas como direitos dos advogados, mas, sobretudo, como garantias para o exercício da defesa dos cidadãos.

Entre as prerrogativas fundamentais, destacam-se o sigilo profissional, a inviolabilidade do escritório, a garantia de ampla defesa e a livre comunicação entre advogado e cliente, inclusive, em momentos de reclusão. No entanto, a construção desse arcabouço de direitos não foi simples. Em cada fase de nossa história, especialmente nos momentos de crise política e social, a

advocacia se viu desafiada a lutar para garantir o respeito às suas prerrogativas.

Durante a ditadura militar, a OAB desempenhou um papel essencial na defesa dos direitos humanos e na denúncia de abusos contra os cidadãos. Em um ambiente marcado pela censura, pela repressão e pelo cerceamento das liberdades, advogados e advogadas se uniram para garantir que a Justiça fosse uma possibilidade real para aqueles que se viam perseguidos pelo Estado. Esse período, talvez mais que qualquer outro, solidificou a imagem da advocacia brasileira como defensora das liberdades e da dignidade.

Com a redemocratização, o papel da advocacia se expandiu. A Constituição de 1988 reafirmou a importância das prerrogativas, assegurando aos advogados e advogadas o papel de indispensáveis à administração da Justiça. Esse reconhecimento não foi um privilégio e sim uma garantia para que todos pudessem ter acesso a uma defesa justa e imparcial.

Durante esse período, a advocacia consolidou-se como voz ativa nas discussões

sobre direitos humanos e políticas públicas, cobrando transparência, respeito às leis e defesa dos princípios democráticos. A luta por prerrogativas ganhou novos contornos, uma vez que o país enfrentava desafios, como a consolidação do Estado de Direito, o combate à impunidade e a criação de mecanismos de proteção à cidadania.

Nas últimas décadas, as prerrogativas da advocacia têm sido testadas por novos desafios. Em contexto marcado pela polarização política, pelos avanços tecnológicos e pela necessidade de garantir direitos em ambiente cada vez mais complexo, a advocacia segue na linha de frente. Questões como a privacidade dos dados, o combate à corrupção e a defesa dos direitos fundamentais tornaram-se temas centrais na pauta de toda a classe.

Porém, observa-se uma postura preocupante da Ordem em relação à defesa de seus advogados em tempos recentes. Em episódios, como o de 8 de janeiro, foi possível perceber um acovardamento institucional, deixando advogados expostos em sua atuação profissional e fragilizando as prerrogativas

que deveriam ser o alicerce de uma atuação independente. A OAB, que já se levantou em prol de advogados ameaçados e perseguidos, deixou de se posicionar de forma firme e intransigente, causando inquietação entre aqueles que ainda veem a advocacia como instrumento de defesa das liberdades e dos direitos humanos. É imperativo que a OAB retome a defesa plena dessas prerrogativas para que advogados possam atuar com segurança e independência.

A história da advocacia é da luta por direitos e liberdades. Ao longo do tempo, a advocacia enfrenta o desafio de manter suas prerrogativas respeitadas, garantindo que cada cidadão tenha acesso à Justiça. Mas, ao mesmo tempo, esse histórico impõe uma responsabilidade: a de continuar sendo uma força ativa em defesa dos princípios democráticos. É essencial que advogados e advogadas lembrem-se de que sua atuação em cada processo transcende o caso individual, sendo uma peça fundamental na engrenagem da sociedade democrática.